

EM: / /	
1º SECRETÁRIO	_

PROJETO DE LEI PROTOCOLO LEGISLATIVO PROCESSO Nº 0013/2023

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA CASA DE ACOLHIDA PARA A TERCEIRA IDADE.

- Art. 1º Esta lei dispõe sobre o Programa Casa de Acolhida para a Terceira Idade.
- Art. 2º O Programa tem por finalidade:
- I- Criação de ambientes acolhedores e saudáveis para pessoas da terceira idade durante período diurno e enquanto se devolvem atividades de convivência e de envelhecimento saudável.
- II Ações que garantam convivência coletiva e envelhecimento saudável, bem como autonomia e sociabilidade.
- III Acompanhamento da vida das pessoas que participarem do programa para ter conhecimento das suas necessidades.
- Art.3º O Programa terá as seguintes etapas:
- I Reconhecimento nas comunidades locais, pessoas idosas que vivem sozinhas, sem companhia de parentes ou

responsáveis.

- II Diagnóstico das necessidades de cada pessoa idosa reconhecida nas comunidades.
- III Demonstração das ações de convivência e dos eventuais atendimentos social e de saúde pata do Documento: 03/01/2023 14:58:55 as pessoas dos 30/01/2023 15:07:39 ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 2023042700040001001

- Art. 4º A Casa de Acolhida para a Terceira Idade poderá oferecer:
- I Ações culturais, como teatro, dança ou outras que estimulem a memória afetiva.
- II Ações educativas de leitura e escrita, como o clube do livro.
- III Conhecimentos em tecnologia de informação.
- IV Aprendizagem de trabalhos manuais e de gastronomia.
- Art. 5º Esta Lei entrará em vigor 180 dias.

JUSTIFICATIVA

Em junho de 2018, o jornal da Universidade de São Paulo - USP, informou que a Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou dados sobre a população mundial, notadamente sobre o número de pessoas com idade superior a 60 anos, que chegaria a 2 bilhões de pessoas até 2050. Isso representaria um quinto da população mundial.

Informa ainda o Jornal que já em 2016 o Brasil, tinha a quinta maior população idosa do mundo e que em 2030, o número de idosos ultrapassaria o total de crianças entre zero e 14 anos.

Então, as cidades em 2030 terão mais pessoas idosas do que pessoas jovens.

Todavia, em 1988, constituinte já garantiu direitos à pessoa idosa na Constituição Federal. Vejamos.

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Em 2003, por meio da Lei 10.741, se instituiu o Estatuto do Idoso, importante inovação no ordenamento jurídico, pois se regulamentou diversos direitos e enfim, o reconhecimento do direito ao envelhecimento de forma explícita. Observe-se:

80 O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente.

Pois bem, o Projeto de Lei que ora se apresenta é justamente a garantia e o respeito ao envelhecimento, mas também criar meios para que a pessoa idosa se sinta acolhida, por meio do Programa Casa de Acolhida para a Terceira Idade.

O propósito principal é ter locais de referência, nos quais a pessoa idosa tenha convivência, mas não deixe de tera sua vida, em sua casa e seus que referês.

Código de verificação processo: 0013/2023

16/01/2023 10:14 Exibir Impressao n.

O diagnóstico realizado pode levar às pessoas idosas a prática de atividades que ajudem em sua socialização e desenvolvimento.

A mesma Lei 10.741/2003, que instituiu o Estatuto do Idoso, também asseverou as obrigações do poder público em relação à pessoa idosa. Vejamos:

Art. 90 É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

Assim sendo, certo de que os Pares desta Casa Legislativa estão consoantes com os propósitos deste Projeto de Lei, desde já peço apoio, aprovação nas comissões e em plenário.

Sala das Sessões, 03 de Janeiro de 2023

DUDU